



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

ATA Nº 04/2023

RELATIVA À SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA, DO CORRENTE ANO, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS - Quadriénio 2021-2025

No dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e três, no salão da Casa do Povo de Santo Estevão, realizou-se a segunda sessão ordinária, do corrente ano, da Assembleia Municipal de Benavente, relativa ao quadriénio de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco, com a seguinte Ordem do Dia:

PONTO 1 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS – Exercício de 2022 – Apreciação e votação, nos termos da alínea l), do número dois do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, na sua redação vigente;

PONTO 2 – INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONSTITUTIVOS DO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2022 – Apreciação, nos termos da alínea l), do número dois do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, na sua redação vigente;

PONTO 3 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento;

PONTO 4 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita do sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente.

Verificou-se a presença dos seguintes eleitos: - Mário Rui Filipe Santos, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão, Primeira Secretária da Mesa, José Duarte Salgueiro, Segundo Secretário da Mesa, Mário Jorge Campos Pereira, António Paulo Ramos dos Reis, Joaquim Correia Castanheiro, Inês Branco de Almeida Vieira Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente e Augusto José Ferreira Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, todos em representação da CDU-Coligação Democrática Unitária; - Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Cristina Maria de Carvalho Borges da Silva Branco, Rui Carlos Carvalho Feijoca, Nádía Isabel Pernes da Silva Matos, Armando Batista de Almeida e Nelson Alexandre da Silva Norte, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, todos em representação do PPD/PSD-Partido Social Democrata; - António José Rabaça Silva Ribeiro, Cláudia Sofia Gordo Martins, Pedro Alexandre Santos Gameiro, António Manuel Quaresma Serrano Galveia e Ana Margarida da Silva Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, todos em representação do PS-Partido Socialista; - Cristina Isabel Gonçalves Vicente Brandão e Paulo Alexandre Fonseca Cardoso, em representação do Partido CHEGA; - Bruno Manuel Soares Nepomuceno, em representação única da CIMB-Candidatura Independente pelo Município de Benavente.

Justificaram, as ausências a eleita Irina Noel Matias Batista, do Grupo Municipal da CDU, substituída, por Maria Lucinda de Sousa Martins, Dora Isabel Lúcio Morgado, substituída por Esmeralda Malico Salvador, assim como João Amândio Cação da Cruz, do Grupo Municipal do CHEGA, que não foi substituído.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

A esta sessão compareceu, igualmente, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coutinho, e os srs. Vereadores Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro do Vale, Hélio Manuel Faria Justino, em representação da CDU, José Manuel Valente Nunes Azevedo, em representação do PS, Sónia Patrícia da Silva Ferreira Quintino e Luís Miguel Neves Feitor, em representação do PSD

Depois de confirmar a existência de quórum, **o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e quinze minutos**, com a presença de vinte e quatro eleitos.

Cumprimentou todos os presentes, agradecendo, mais uma vez, à Direção da Casa do Povo de Santo Estevão a cedência das suas instalações, permitindo concretizar uma maior proximidade dos cidadãos da Freguesia à Assembleia Municipal, na forma descentralizada como se apresentou.

Deu nota do seguinte: - da necessidade de ser assinado o Livro de Ponto; - das ausências dos eleitos referidos, anteriormente; - de toda a documentação incluída nas pastas individuais dos eleitos: - cópias das deliberações da Câmara Municipal, tomadas em reunião de 17.04.2023, cuja ata foi aprovada na reunião de 24.04.2023, correspondentes aos pontos 1 e 2 da Ordem de Trabalhos da sessão, cópias dos relatórios da Certificação Legal das Contas Individuais, elaborados pelo ROC-Revisor Oficial de Contas e cópia do expediente recebido dos serviços da Câmara Municipal, reportando um lapso verificado em relação ao Ponto 1 da Ordem de Trabalhos. Observou que toda essa documentação tinha sido enviada, antecipadamente, a todos os eleitos, no dia 24 de abril último, via email.

Não houve inscrições para o PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Seguiu-se o PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- Apreciação e votação do projeto de ata número um barra dois mil e vinte e três, correspondente à primeira reunião da sessão ordinária de fevereiro do órgão deliberativo municipal, realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e três.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal recordou que o projeto de ata tinha sido enviado, previamente, a todos os eleitos do órgão deliberativo, para se pronunciarem sobre o seu conteúdo, não tendo sido apresentadas quaisquer sugestões de alteração. Ainda assim, perguntou se havia intenção de alguém propor alterações, o que não se verificou.

Submetida a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e um votos a favor e três abstenções, por ausência, dos seguintes eleitos: Gertrudes Pardão, Ricardo Oliveira, e Armando Almeida.

- Apreciação e votação do projeto de ata número dois barra dois mil e vinte e três, correspondente à segunda reunião da sessão ordinária de fevereiro do órgão deliberativo municipal, realizada no dia seis de março de dois mil e vinte e três.

À semelhança do projeto de ata anterior, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal** recordou que o mesmo tinha sido enviado, previamente, a todos os eleitos do órgão deliberativo, para se pronunciarem sobre o seu conteúdo, não tendo sido apresentadas quaisquer sugestões de alteração. Ainda assim, perguntou se havia intenção de alguém propor alterações, o que não se verificou.

Submetida a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e quatro votos a favor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Mencionou a correspondência recebida, informando que a mesma se encontrava à disposição de quem a pretendesse consultar.

Passou-se ao PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS, para o qual se inscreveram os seguintes eleitos: **Cristina Brandão**, do Partido Chega, **Cristina Branco**, do PSD, **Rui Feijoca**, do PSD, **Pedro Gameiro**, do PS, e **Paulo Cardoso**, do Partido Chega.

A eleita **Cristina Brandão**, no seguimento de uma proposta do Partido CHEGA já apresentada anteriormente, sobre o assunto, mostrou-se satisfeita pelo facto do sr. Presidente da Câmara ter referido, na sessão extraordinária precedente, que a Câmara Municipal tencionava construir no parque urbano, projetado para a área de cedência, no denominado "Pinhal do Calheiros", em Benavente, **umas piscinas municipais descobertas**. Na sua opinião, fará todo o sentido a sua implantação, não só do ponto de vista desportivo e de lazer, como, também, turístico, tendo em conta as características do local.

A eleita **Cristina Branco** deixou um reparo pelo facto do Grupo Municipal do PS ter dirigido **um email aos elementos da bancada do PSD**, que não recebeu, por ter sido **endereçado de forma incorreta**.

O eleito **Rui Feijoca**, como autor da proposta apresentada no ano anterior, congratulou-se pela decisão tomada pela Assembleia Municipal de ser incluída no programa da sessão solene do 25 de Abril o **ato simbólico de deposição de uma coroa de cravos no memorial aos Combatentes do Ultramar**. Para o próximo ano, na comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, sugeriu que fossem convidados, para assistir à cerimónia, os combatentes do Ultramar e os soldados de Abril, que permaneçam vivos.

O eleito **Pedro Gameiro** abordou um conjunto de temas:

- **Festival do Arroz Carolino**: felicitou o Executivo por mais uma edição que irá ter lugar no próximo mês de maio, sublinhando a sua concordância com o evento, ao invés do PSD, que se tem manifestado contrário à sua realização. Quis saber se irão ser efetuadas as medições das taxas de sucesso e de retorno, para se ter uma ideia do que representa o certame para o Município;

- **Descontentamento manifestado por um conjunto de residentes de Fors da Charneca**: na sequência daquilo que foi notícia no jornal "O Mirante", por um grupo de três moradores, deu nota das suas divergências face às obras de requalificação do espaço envolvente ao centro social, empreendidas pela autarquia, alegando que preferiam que essas verbas fossem canalizadas para outro tipo de obras que, na sua opinião, fariam mais falta ao quotidiano da população, tais como passeios e saneamento básico. Ao mau estar que se tem vindo a manifestar, alia-se o facto da Liga de Melhoramentos de Fors da Charneca, que tem feito a ponte de ligação entre a população e o Executivo, ter permanecido desativada nos dois últimos anos. Sobre o assunto, colocou as seguintes questões: - Se existem projetos de obras para a envolvente do Centro Social; - Quando foi a última vez que a Câmara Municipal reuniu com a Liga de Melhoramentos e o que pensa fazer para que venha a ser reativada.

- **Ainda sobre Fors da Charneca**: sinalizou que, desde o seu início, em 2018, as obras do **Posto Médico**, lançadas sob a administração direta da Câmara Municipal, ainda não se encontram concluídas. A propósito, citou uma afirmação do sr. Presidente da Câmara, proferida no final de 2019, de que as obras estariam concluídas no período de 3 a 4 meses;

- **Freguesia da Barrosa**: criticou o Executivo por descurar as pequenas localidades do Município. Mostrou imagens a documentar os casos que descreveu:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

- Situação na rua Nascer do Sol: referiu as diversas insistências dirigidas por email à Câmara Municipal, por parte da Junta de Freguesia, num processo decorrente de obras de requalificação, cuja resolução se arrasta há cerca de 10 meses;
- Lixo acumulado numa vala na Rua 25 de Abril: transmitiu que já foram feitas diversas diligências junto da Câmara Municipal, onde se incluiu a realização de uma reunião com o sr. Vereador responsável, em setembro de 2022, não tendo tido qualquer avanço desde então.

Questionou para quando a resolução das situações descritas, criticando a forma despreocupada com que a autarquia se vem manifestando em relação à freguesia da Barrosa.

- **Coutada Velha**: apontou obras prometidas pelo Executivo, que não foram, ainda, cumpridas, como a **envolvente do Centro Social e a beneficiação da Rua General Humberto Delgado**. Compreende, no entanto, que são intervenções que dependem da necessidade de dotar primeiro a zona de saneamento básico, cujo avanço está sujeito à atuação da empresa Águas do Ribatejo. Na sequência, procurou saber em que ponto estavam as obras prometidas pela Câmara Municipal, assim como, a comunicação entre a autarquia e a Liga de Melhoramentos da Coutada Velha, no sentido da atualização das situações referidas.

- **Obras da urbanização da Ribasor, em Benavente**: salientou o atraso na sua conclusão, com início em 2018, questionando a sua finalização e as razões dessa demora.

Por último, **expôs os seguintes assuntos à Sra. Vereadora Catarina Pinheiro Vale**:

- Como coordenador da 3ª Comissão Específica da Assembleia Municipal, reportou uma reunião havida, em junho de 2022, com a presença da sra. Vereadora, onde foi discutido o **apoio à aquisição de medicamentos**. Na altura, a sr. Vereadora informou que a autarquia se encontrava a analisar uma proposta de protocolo, com a Associação Dignidade, divulgando algum do seu conteúdo. Contudo, a Comissão achou que as explicações dadas pela sra. Vereadora tinham sido algo confusas, não conduzindo ao seu bom conhecimento.

No início do ano, numa nova reunião da Comissão, a sra. Vereadora teve a oportunidade de transmitir que não havia ainda nada de concreto sobre a matéria. Depois disso, em reunião de 8 de fevereiro, continuando a não haver qualquer tomada de decisão por parte da Câmara Municipal, a 3ª Comissão Específica decidiu, de forma unânime, começar a trabalhar num novo Regulamento de atribuição de apoios à aquisição de medicamentos, utilizando como modelo o da Câmara Municipal de Alenquer. No dia seguinte, 09 de fevereiro, solicitou ao sr. Presidente da Assembleia Municipal que fizesse chegar um email da 3ª CE ao sr. Presidente da Câmara Municipal, através do qual se pretendia saber qual o ponto de situação quanto ao protocolo com a Associação Dignidade, recomendando, igualmente, a sua não assinatura, uma vez que a Comissão estava a preparar um Regulamento Municipal de apoio na aquisição de medicamentos aos mais carenciados. Mas, mais uma vez, a Comissão ficou sem resposta, considerando-se, como tal, desrespeitada.

- Prossequindo noutro ponto, referiu-se ao **atendimento telefónico do Centro de Saúde de Benavente**. O assunto já tinha sido alvo de preocupação por parte da Comissão Específica, que veio a ser reforçado pelas várias queixas chegadas ao Grupo Municipal do PS. Nesse quadro, a Comissão Específica, a 10 de fevereiro último, insistiu na questão, dirigindo um email ao sr. Presidente da Assembleia Municipal, com o objetivo de o encaminhar à sra. Vereadora para obtenção de esclarecimentos, sem que, até ao momento, tenha sido recebida qualquer resposta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Face aos dois casos reportados, decidiu colocar publicamente as questões em plenário, de forma direta, à Sra. Vereadora Catarina Pinheiro Vale.

O eleito **Paulo Cardoso** perguntou se o Executivo dispunha de um valor estimado para os **custos do Festival do Arroz Carolino** e se pensava contratar alguma empresa externa para fazer o retorno do cálculo financeiro para o Município, bem como a métrica de satisfação do público, por faixas etárias aderentes e do comércio em geral.

Perguntou, igualmente, da possibilidade dos **Postos de Turismo já estarem a funcionar, aquando da realização do Festival do Arroz Carolino.**

Aludiu à **limpeza de terrenos e aos elevados custos suportados pela Câmara Municipal**, em substituição dos seus proprietários, quando existe incumprimento. Quis saber o número de coimas já aplicadas e qual o valor cobrado, devendo a autarquia ser ressarcida desses valores.

Referiu-se, também, a uma rubrica orçamental no valor de 100.000,00 euros, destinada a **financiar o programa de apoio à fixação de médicos**, tendo questionado o Executivo sobre aquilo que tem sido possível fazer, ou, que esforços poderão ser acrescidos, tendo em conta que teve conhecimento que apenas foi contratada uma médica, desde então.

Relatou, ainda, uma **situação ocorrida no café “Império”, situado no centro da vila de Benavente, protagonizada por dois grupos de imigrantes**, da qual resultaram agressões ao seu proprietário, num ambiente de desacatos, de ameaças, insultos e de ofensas à sua integridade.

Em função do ocorrido, interpelou a Mesa da Assembleia Municipal, no sentido de vir a ser marcada uma audição com o sr. Comandante da GNR de Benavente, advogando que essas minorias, independentemente da necessidade da sua integração, têm de saber estar e viver em comunidade, no respeito mútuo por todos os cidadãos. Tem conhecimento que estão identificados pelas autoridades, não podendo impedir as pessoas de trabalhar e desempenhar, de forma honesta, as suas tarefas.

Por fim, perguntou se os mesmos residiam em habitações cedidas pela Câmara Municipal.

O eleito **António José Rabaça** mencionou as considerações proferidas na reunião da Câmara Municipal de 17 de abril último, pelos Vereadores do PSD e por um dos Vereadores da CDU, no decorrer da discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas Individuais/2022, a propósito das posições dissonantes tomadas, por vezes, pelo Vereador do PS, com responsabilidades no Executivo. Nesse propósito, recomendou aos srs. Vereadores do PSD a leitura atenta do articulado da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece a independência entre os dois órgãos representativos do Município, atribuindo competências às Câmaras Municipais, ao mesmo tempo que atribui poderes às Assembleias Municipais para as fiscalizar. Em relação ao sr. Vereador do PS observou que, no quadro dessa mesma Lei, o Grupo Municipal do PS votará como bem entender no desempenho do papel que lhe cumpre.

Pediu esclarecimentos ao Executivo sobre aquilo que se passou na sessão de 13 de abril passado, da Assembleia de Freguesia de Samora Correia, onde foram levantadas dúvidas, por um dos eleitos presentes, sobre quatro contratos de prestação de serviços, elaborados pela Junta de Freguesia, tendo por base competências que tinham sido transferidas pela Câmara Municipal. Em face disso, questionou se *tinham sido tomadas algumas medidas sobre o assunto.*

Seguiu-se a intervenção do eleito **Ricardo Oliveira**.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Respondendo ao eleito António José Rabaça, salientou que, em função dos resultados obtidos nas últimas eleições autárquicas, a CDU, ao perder a maioria absoluta, viu-se obrigada a estabelecer com o PS, um acordo verbal de governação, que permitiu a sua viabilização, trazendo estabilidade governativa ao concelho. Contudo, na sua opinião, aquilo que resultou para o PS desse acordo foi, simplesmente, a atribuição de pelouros ao único Vereador do PS eleito, uma vez que a gestão do Município continua igual ao que era antes das eleições, ou seja, pelas suas palavras: "*nada mudou!*". Sublinhou ser essa a questão que o PSD contestava, porque o PS governa o Executivo com esses pelouros, em conjunto com a CDU, com quem define estratégias, situação que não se passa ao nível da Assembleia Municipal, onde o Grupo Municipal do PS manifesta intenções de voto contrárias às da CDU, quando na Câmara Municipal as aprova, caso das Contas e do Orçamento, sendo isso precisamente que o PSD não acha normal.

Realçou que as mudanças anunciadas pelo PS, a partir de 2021, foram dissipadas a partir do momento em que aceitou participar no Executivo da Câmara Municipal, deixando tudo como estava e tomando posições políticas divergentes na Câmara e na Assembleia Municipal.

Lembrou, ainda, que a Câmara Municipal, no momento, estava a ser governada por um orçamento aprovado pelas duas forças políticas, CDU e PS. Nesse sentido, desafiou o PS a definir a sua posição, ao invés do PSD, que disse ter assumido um compromisso perante o seu eleitorado, que estava a cumprir, apoiando quando tem de ser, mas, denunciando quando é preciso, nunca se desviando do seu caminho.

Acusou o PS de ser cúmplice de uma gestão que está a levar o concelho por um caminho que não é aquele que todos desejam. Diz que não concorda com o rumo seguido, mas, depois, apoia a governança da CDU. Confessou, por isso, alguma curiosidade em saber qual será o sentido de Voto do PS nas Contas da Câmara Municipal (Ponto 1), ou seja, se irá honrar o compromisso verbal com a CDU, ou, se irá votar contra, mais uma vez.

Prosseguindo, referiu-se ao **Festival do Arroz Carolino**, a realizar no próximo mês de maio. Reiterou que o foco do PSD não é o Festival, mas, sim, a estratégia de valorização turística seguida pelo Município. Frisou que não pretende pôr em causa aquilo que é considerado um sucesso. Contudo, sem prejuízo das suas qualidades, considera que o mesmo não deveria assentar num produto, como o arroz carolino. Em contrapartida, a estratégia de valorização turística da gastronomia deveria assentar nas carnes bravas, a exemplo do que se faz com o Festival das Carnes Bravas de Samora Correia, com iniciativas que deveriam decorrer ao longo de todo o ano, e não apenas centralizadas num Festival que decorre em três dias. Além disso, indicou que não existem referências ao arroz carolino nos restaurantes do Município. Acha que a estratégia resultaria se a mesma fixasse os turistas ao concelho, levando-os a deslocarem-se aos restaurantes onde existissem pratos confeccionados com arroz carolino, o que não acontece, na medida em que os profissionais da restauração não gostam de trabalhar com esse produto, pese embora os seus atributos.

Por essa razão, discorda que se continue a gastar dinheiro público, em cada ano que passa, numa estratégia que nunca irá ter o sucesso que seria desejável. Comentou, igualmente, que a iniciativa de levar música aos restaurantes aderentes, no âmbito do "Festival dentro de portas", pode pontualmente servir os restaurantes, mas não serve a estratégia delineada e defendida pelo PSD.

O eleito **António José Rabaça** refutou as palavras proferidas pelo eleito **Ricardo Oliveira**, defendendo a existência de uma linha que separa o PS daquilo que tinha sido a sua opinião. Ainda que a questão



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

tenha sido direcionada aos Vereadores do PS, quis deixar claro que o objetivo do acordo verbal celebrado com a CDU foi o de viabilizar dois Executivos de Junta de Freguesia e o Executivo da Câmara Municipal.

Compreende a dificuldade do eleito em perceber que a Assembleia Municipal não é a “*correia de transmissão*” do Executivo Municipal, sendo aí que surge a linha que separa os dois partidos, porque não se considera a “*correia de transmissão*” de ninguém. Deu nota que a votação das decisões do Executivo, depois de avaliadas pelo Grupo Municipal do PS, depende daquilo que resultar dessa avaliação, no âmbito daquilo que considera ser a separação de poderes entre os dois órgãos, remetendo-o, novamente, para a leitura da Lei n.º 75/2013, onde a mesma está prevista.

A concluir, deixou claro que não é o Vereador do PS, mas, sim, o PCP, quem tem plenos poderes para governar a autarquia, não descurando, no entanto, que cumpre ao Vereador executar bem os pelouros que lhe foram atribuídos. Avivou, ainda, que nas faltas, impedimentos ou nas abstenções do Vereador do PS, o Executivo será sempre viabilizado pelo voto de qualidade, que permite ao sr. Presidente da Câmara aprovar as deliberações.

Seguiu-se o período de esclarecimentos por parte do sr. Presidente da Câmara Municipal.

Começou por responder à eleita **Cristina Brandão**. Sobre as **projetadas piscinas municipais ao ar livre**, transmitiu que a intenção irá ser precedida de um debate amplo, conjunto, no sentido de se encontrar a melhor solução para o assunto.

Ao eleito **Pedro Gameiro**, esclareceu que iria abordar o tema do **Festival do Arroz Carolino**, mais à frente, em conjunto com as declarações do eleito Ricardo Oliveira.

Quanto às outras matérias abordadas, respondeu ao eleito **Pedro Gameiro** acerca da questão do **Posto Médico de Fors da Charneca**. Resumiu que os postos médicos de Fors da Charneca, Fors de Almada e da Barrosa tinham sido todos encerrados, há alguns anos atrás, nunca tendo sido resolvida a sua reabertura pela Administração Central, como entidade responsável pelas suas condições operacionais, uma vez que considera que os postos médicos das pequenas localidades são para manter fechados. Posição que tem merecido a resistência dos próprios eleitos, que não se conformam com o seu encerramento, tanto mais que servem uma população envelhecida, com poucos recursos e com limitações físicas, que não lhes permite a deslocação para outros locais.

A par disso, os seus espaços foram sendo reivindicados ao longo dos tempos, o que nunca aconteceu, por força da posição assumida pela Câmara Municipal de não permitir outro tipo de utilização que não a inicial, tendo em conta que não perdeu, ainda, a esperança que venham a ser colocados médicos nessas localidades, para bem das populações.

Nesse contexto, a Câmara Municipal decidiu avançar com obras de requalificação dos postos da Barrosa, que continua encerrado, e de Fors de Almada, que está ativo.

Do mesmo modo, tiveram início, há cerca de dois anos, as **obras do posto médico de Fors da Charneca**, devendo-se a sua demora ao facto da Câmara Municipal ter decidido efetuá-las por administração direta, recorrendo a equipas de manutenção, com disponibilidade faseada, como forma de *gerir e de rentabilizar os recursos que dispõe*. Tem a expectativa de estarem concluídas a breve prazo, sublinhando, contudo, que é necessário haver médicos que se queiram ali instalar.

Pegando na questão dos médicos, e procurando responder, igualmente, ao eleito **Paulo Cardoso**, deu conhecimento que aguarda por uma segunda reunião com o Sr. Ministro da Saúde, em maio próximo, na CIMLT, cuja agenda inclui o **processo de criação de incentivos para os médicos se fixarem no**



[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Município, de forma a dar cobertura à verba orçamentada para o efeito, no valor de 100.000 euros. Esse montante irá ser aplicado, somente, se o Ministério da Saúde se comprometer a prover de médicos os três postos médicos citados anteriormente.

Por fim, face aos factos relatados, considera que a Câmara Municipal tem tido uma conduta irrepreensível na tentativa de resolver o problema, tendo demonstrado, para o efeito, uma atitude persistente, coerente, determinada, no intuito de atender as preocupações e os interesses das populações. No seu entender, isso é que deveria ser valorizado.

Relativamente às **obras na envolvente ao Centro Social de Foros da Charneca**, tomando uma posição de igualdade de oportunidades para todos, explicou que o Município conseguiu, a expensas suas, avançar com obras de requalificação em localidades mais pequenas, como Barrosa, Foros de Almada, Santo Estevão, Coutada Velha e Foros da Charneca, uma vez que o acesso a fundos comunitários, no âmbito do PEDU/PROT, só contempla a realização de obras nas grandes localidades, como aconteceu em Benavente e Samora Correia.

Afirmou que a ideia que presidiu à obra de Foros da Charneca foi a de construir uma zona central, que aproximasse o convívio entre a população. Na altura em que o respetivo concurso de empreitada ficou deserto de concorrentes, um dos moradores, antes das eleições autárquicas, contestou a realização dessas obras, com o argumento de que havia outras que faziam muito mais falta e que, por isso mesmo, seriam de maior interesse para a população, como a construção de passeios e outras.

A Câmara Municipal decidiu acolher essa demonstração de vontade, indo, assim, ao encontro das suas pretensões. Nesse sentido, tendo-se verificado um vazio de candidatos aos novos corpos sociais da Liga de Melhoramentos, ficou combinado que os elementos que permaneciam, ainda, em atividade, recolhessem junto da população uma lista de intervenções que, do seu ponto de vista, se mostravam mais necessárias ao desenvolvimento da localidade, com o objetivo da Câmara Municipal avaliar a sua execução. A par disso, a autarquia resolveu averiguar, em termos jurídicos, a viabilidade da Liga de melhoramentos se poder manter, ou não, sem órgãos efetivos, após o que pensava reunir-se com a população para dar conhecimento da situação.

O seu problema de saúde que se veio a verificar, comprometeu, de certo modo, a realização dessa reunião, tencionando concretizá-la em maio próximo. Relevou a importância de ser clarificada a situação da atividade da Liga, atento o seu papel primordial de representação dos interesses dos moradores de Foros da charneca, na promoção do diálogo com a Câmara Municipal e com a Junta de Freguesia.

No tocante à **freguesia da Barrosa**, discorda que se diga que a Câmara Municipal está de "costas voltadas" para a sua população, esclarecendo que as situações apontadas já se encontram sinalizadas há algum tempo pela sra. Presidente da Junta de Freguesia. As mesmas têm a ver com restos de obra deixados no local entre as Ruas Nascer do Sol e a 25 de Abril, pela empresa adjudicatária. A Câmara Municipal tentou por diversas vezes notificar a empresa para proceder à limpeza do terreno, não tendo a mesma respondido até ao momento. Assume que não se pode estar, eternamente, à espera da reação da empresa, considerando que a população não tem culpa daquilo que está a acontecer. Nesse âmbito, pediu ao sr. Vereador responsável que tomasse nota da situação, com o objetivo de ser a autarquia a avançar com o procedimento, fazendo-se substituir ao empreiteiro, a quem serão imputados, posteriormente, os respetivos custos.

Quanto às **obras na Coutada velha, em Benavente**, transmitiu que aquilo que se está a passar nada tem a ver com a intervenção direta da Câmara Municipal, mas, sim, com a empresa Águas do Ribatejo, não pretendendo, no entanto, desviar-se da sua obrigação de defender os interesses da população.



[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Esclareceu que as localidades de Coutada Velha e de Foros de Almada são as únicas que não são servidas pela rede pública de saneamento e que o compromisso de construção de uma rede de esgotos para essas duas localidades, está incluído no contrato de gestão delegada das Águas do Ribatejo, que é contratualizado com a Câmara Municipal, tendo a duração de cinco anos. Os projetos estão a decorrer, concretizados em função daquilo que são as verbas dos fundos comunitários, as quais se encontram em fase de contratualização. Crê que, em julho próximo, o projeto de Foros de Almada estará concluído, a que se seguirá a respetiva contratualização, que conduzirá ao avanço do processo concursal. O mesmo procedimento deverá acontecer com o da Coutada Velha.

Lembrou que a Câmara Municipal assumiu o compromisso de levar a efeito o arranjo da envolvente à Igreja e das duas ruas que lhe dão acesso, dando seguimento à estratégia de existir uma zona ou uma praça central em todas as localidades do Município. Contudo, fez questão de sublinhar que nunca poderia avançar com essas obras de requalificação, quer na Coutada velha, quer em Foros de Almada, sem dispor primeiro dos projetos de redes de águas pluviais e de esgotos, sob pena de virem a ser criados problemas no decurso normal das obras.

Naquilo que se refere à **Ribasor**, considera que a requalificação de que foi alvo, valorizou muito o espaço, criando, dentro das condicionantes existentes, melhores condições de vida à população residente. O seu custo rondou os 500.000 euros.

Fez um breve apontamento em relação ao problema existente, que está a travar a conclusão das obras: tem a ver com um pequeno passeio, que falta construir do lado da Escola Duarte Lopes, mas que não é impeditivo da segurança dos alunos no local, uma vez que podem circular no outro lado do passeio. Trata-se de um lapso não detetado na altura da elaboração do projeto. O terreno necessário já foi adquirido, tendo a respetiva escritura sido celebrada no final do ano anterior. Depois da indicação à empresa adjudicatária para proceder à conclusão da obra, esta veio a contestar o valor inicialmente acordado, no montante de 6.000,00 euros, defendendo o seu aumento, atentos os custos da inflação. Após várias tentativas de acordo, foi decidido rescindir o contrato com a empresa adjudicatária. Na sequência, foi feita nova contratualização para a conclusão desses pequenos trabalhos em falta, incluindo o passeio e a pavimentação, desde a entrada da Escola até à EN 118-1, esperando-se que, dentro em breve, possa vir a acontecer.

Ao eleito **Paulo Cardoso**, respondeu que o **Festival do Arroz Carolino** decorrerá nos mesmos moldes do anterior, prevendo-se, no entanto, um acréscimo de custos, face ao qual foi consensualizada, entre os srs. Vereadores da CDU e do PS, na pessoa do sr. Vereador Joseph, que faz parte das tomadas de decisão do Executivo, em igualdade de circunstâncias com os demais, **a atribuição da verba de 295 mil euros para a sua concretização.**

Em relação à **limpeza de terrenos**, deu conta que o processo de notificação dos seus proprietários se encontra a decorrer. Quando os mesmos não cumprem, a Câmara Municipal atua, em sua substituição, sendo-lhes aplicada uma coima. O objetivo é que a operação seja vista como uma atitude pedagógica, que possa vir a ser considerada, no futuro, como residual.

Quanto ao **problema da falta de médicos**, após já ter tido a oportunidade de abordar o assunto, reiterou o desafio lançado, anteriormente, ou seja, com o objetivo de minorizar a situação atual, se algum dos eleitos tiver conhecimento de médicos que queiram vir trabalhar na área do Município, que contactem os serviços municipais para o efeito, na certeza que a Câmara Municipal irá continuar a fazer todas as diligências para colmatar o problema.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Relativamente aos acontecimentos do “Café Império” e à **questão das minorias**, enalteceu, em primeiro lugar, a forma de bem receber do povo português, não aceitando que aqueles que são bem-recebidos, não procedam de forma recíproca. Tem conhecimento que existem grupos de imigrantes que têm vindo para a zona trabalhar nos campos agrícolas, tendo o assunto já sido abordado em sede de CIMLT, considerando-se que deveria ser o próprio Ministério do Trabalho a envolver-se no processo e a ter um papel determinante que ajudasse a enquadrar essas pessoas em ambiente de trabalho. Seria, certamente, uma forma de evitar que fossem os intermediários a fazê-lo, não permitindo que as explorassem, em proveito próprio. Julga que tem de haver capacidade, por parte dos locais, na forma como intervêm, procurando não dar origem a situações menos corretas. Mostrou-se disponível para avaliar a situação, em conjunto com as autoridades. Questionou o eleito se o proprietário do estabelecimento tinha feito chegar alguma participação à GNR.

O eleito **Paulo Cardoso** transmitiu que o proprietário se encontrava presente na sessão, tendo perguntado da possibilidade do mesmo ser ouvido perante o plenário de eleitos, ainda que fora do período destinado ao público, uma vez que não tinha conseguido chegar a tempo de se inscrever para intervir.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal considerou que, estando a questão colocada, debatida e até reforçada com a disponibilidade manifestada pelo sr. Presidente da Câmara para avaliar a situação, não se justificava a intervenção, ou, quanto muito, poderia ser encarada no final dos trabalhos.

A terminar o tema, o sr. Presidente da Câmara confirmou que as pessoas ligadas aos grupos em causa não fazem parte dos arrendatários da Câmara Municipal.

No que diz respeito aos **contratos de prestação de serviços celebrados com a Junta de Freguesia de Samora Correia**, elucidou que, como entidade delegante, a Câmara Municipal não tem de escrutinar os contratos celebrados com a Junta de Freguesia, assim como a Administração Central não o faz com a Câmara Municipal, em quem, igualmente, delega competências. Cada órgão tem as suas obrigações legais, que tem de cumprir e de fazer cumprir, devendo responder cada um por si, não competindo ao Município fiscalizar a atuação da Junta de Freguesia.

Na abordagem ao **Festival do Arroz Carolino**, o sr. Presidente da Câmara mencionou que fazia parte integrante e colaborativa da estratégia de afirmação do território, que se tem vindo a notar através dos novos empreendimentos que têm sido acolhidos, nas mais diversas vertentes. Relevou a importância do Festival para o Município, cuja influência não a restringe apenas ao nível dos restaurantes, que têm a sua clientela mais ou menos definida. Acredita que o arroz carolino representa muito mais do que aquilo que tentam fazer crer, quer do ponto de vista económico, atento o nível de produção de arroz de que goza o território (2º no País) quer do ponto de vista turístico, bem ilustrado pelo estuário do Tejo, cujo habitat natural conjuga o ciclo migratório das aves com a própria cultura do arroz, permitindo posicionar essa paisagem de forma diferenciadora das restantes.

Assim e em consonância com os objetivos que norteiam a sua missão, naquilo que representa para o Município, em termos estratégicos, turísticos e ambientais, considera que se deve continuar a apostar no Festival, para bem do futuro do Município.

Ao nível do **retorno económico**, sublinhou que a promoção do festival tem sido a afirmação do Município, quer pelo número de visitantes, quer pela divulgação e o impacto que tem dado ao seu território. Quanto a **resultados métricos**, anunciou que irá ser contratada uma empresa externa para fazer a sua monitorização.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Seguiu-se a intervenção da **sra. Vereadora Catarina Pinheiro Vale**. Cumprimentou os que estavam presentes e todos aqueles que seguiam a emissão online.

Agradeceu as felicitações transmitidas pelo eleito Pedro Gameiro sobre o **Festival do Arroz Carolino**, após o que respondeu às questões colocadas pelos eleitos **Paulo Cardoso e Pedro Gameiro** sobre o mesmo assunto.

Confirmou o recurso à contratação externa para monitorizar o Festival, decisão que foi consensualizada entre todo o Executivo, procurando ir de encontro àquilo que, também, têm sido as preocupações manifestadas pelos srs. eleitos do órgão deliberativo.

Para além do retorno financeiro do Festival, destacou o seu valor em termos mediáticos, de conhecimento e de divulgação do território que, ao longo das suas cinco edições e uma online, tem trazido para o Município, não só ao nível do arroz carolino, como, também, ao nível das suas tradições.

Noutro tema, dirigindo-se ao eleito **Pedro Gameiro**, disse-lhe que não compreendia porque razão na **reunião da 3ª Comissão Específica**, a que se referiu, não lhe tinha colocado todas as questões que entendesse, uma vez que se tinha disponibilizado para tal, sem qualquer restrição de tempo.

Sobre o assunto, transmitiu que a proposta das farmacêuticas, à data, englobadas no programa designado "HABEM" da Associação "Dignidade, visava **disponibilizar medicação de forma gratuita, aos utentes do Município**, com uma comparticipação/utente de 135,00 euros. A dúvida colocada pelo autarca tinha sido exatamente a mesma que a própria tinha colocado na dita reunião e junto da Associação Dignidade, de forma a concluir-se aquilo que era sugerido à Câmara Municipal e que resumiu no seguinte: no Programa "HABEM" todos os elementos do agregado familiar têm de ser beneficiários, e mesmo que só um dos elementos necessite de medicação, esse apoio terá sempre de ser extensivo a cada um dos seus membros. Tudo isso pressupõe uma série de condicionantes e de questões, a que era necessário dar resposta.

Sobre a falta de resposta ao email que lhe dirigiu, disse que o tinha interpretado como sendo de carácter informativo, por via do qual aconselhava a Câmara Municipal a não assinar o referido protocolo com a Associação Dignidade, uma vez que a Comissão ponderava apresentar um Regulamento Municipal de Apoio à Aquisição de Medicamentos. Não lhe pareceu que o mesmo configurasse a necessidade de uma resposta, tendo estado a aguardar que lhe chegue essa proposta de Regulamento.

Em relação a um outro email que questionava o **atendimento telefónico no Centro de Saúde de Benavente**, frisou que o assunto não era ainda da competência da Câmara Municipal, devendo ser dirigido ao ACES do Estuário do Tejo, Entidade responsável pela situação. Ainda assim, referiu-se às qualidades proporcionadas pelo novo sistema implementado na USF de Samora Correia, automático, eletrónico e muito eficaz, que permite rececionar a chamada e a devolução da mesma ao utente, estando a ser desenvolvido para vir a ser replicado noutras unidades de saúde, nomeadamente, na UCS de Benavente. Segundo informação obtida, aguarda-se a todo o momento a sua instalação.

O eleito **Joaquim Castanheiro** adicionou ter-lhe chegado a conhecimento que o equipamento já se encontra instalado em Benavente.

No que concerne às questões levantadas pelo eleito **Paulo Cardoso**, sendo certo que duas delas já tinham sido respondidas pelo sr. Presidente da Câmara, relativas aos custos do Festival e à empresa externa contratada para efetuar os inquéritos, informou acerca dos **postos de turismo de Benavente e de Samora Correia**. Encontram-se em fase de obra, necessitando o de Benavente de uma pequena



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

intervenção que está a ser executada pelos serviços da autarquia, estando prevista a sua abertura em simultâneo com a inauguração das obras de requalificação da Praça da República.

Por último, ainda que o sr. Presidente da Câmara já tivesse esclarecido o eleito Ricardo Oliveira sobre a questão do **Festival do Arroz Carolino**, quis dar uma nota final sobre o assunto. Saliu que o Festival é apenas um eixo de intervenção no programa de valorização estratégica do Município e que, para além disso, tem sido um sucesso a iniciativa designada "O Festival dentro de Portas", com intervenção ativa dos restaurantes, como sendo mais uma forma encontrada de divulgar o arroz carolino. Concorde com o eleito, quando diz que é necessário dinamizar o produto "carnes bravas". Contudo, o que lhe tem sido reportado pelos restaurantes é que não existe fornecimento em quantidades suficientes do produto, para que possa integrar uma lista de restaurante, em permanência. Considera interessante a ideia de conjugar as carnes bravas com o arroz, o que irá acontecer pontualmente no Festival, não havendo possibilidade de o fazer de forma contínua. A propósito, informou que o restaurante da Coudelaria, em Braço de Prata, servia semanalmente esse prato.

Completo, afirmando que acolhe todas as boas propostas, que possam resultar das intervenções dos eleitos, desde que sejam concretas, em prol do desenvolvimento do Município, o que, na sua opinião, não tem acontecido, até ao momento, com um número muito reduzido.

Em jeito de resposta ao eleito **Ricardo Oliveira**, o eleito **Pedro Gameiro** replicou que os eleitos do PS são representantes do povo que os elegeu, no exercício de funções, com total independência, num órgão que tem como função fiscalizar a atividade da Câmara Municipal. Apraz-lhe saber que o Vereador do PS tem colaborado com o Executivo CDU, desde que o faça para o bem de todos. Confirma que o **acordo celebrado com a CDU não é escrito, mas, sim, verbal, com total independência de atuação na Assembleia Municipal**, tendo, até, prescindido da sua Presidência, aquando do início de mandato.

Embora concorde com o conceito do **Festival do Arroz Carolino**, lançou um desafio à bancada do Grupo Municipal do PSD para que, na sessão da Assembleia Municipal que tenha lugar a seguir ao Festival do Arroz Carolino, possa fazer um relatório daquilo que se passou, dando nota do que poderá ser melhorado. Sendo o PSD contra a sua realização, considera que deveria estar presente na inauguração do certame, de forma a tomar conhecimento da realidade do mesmo e ajudar nesse sentido.

Comentou depois as respostas que o sr. Presidente da Câmara deu aos seguintes assuntos:

- **Falta de médicos no Posto Médico de Foros da Charneca**: criticou a forma como abordou a questão, ou seja, a Câmara Municipal "não faz, porque não há médicos!". Discorda dessa forma de fazer política, na medida em que a autarquia ao ter assumido o compromisso de fazer a obra, tem necessariamente de a fazer. Tendo sido iniciada há seis anos, solicitou que seja definida uma data prevista para a sua conclusão, de modo a poder prestar essa informação à população.

- **Contratos de prestação de serviços celebrados com a Junta de Freguesia de Samora Correia**: compreendeu a resposta do sr. Presidente, alegando que não se tratava da sua área de competências. Contudo, sugeriu que o sr. Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, estando presente na sessão, procurasse esclarecer o assunto e relatasse o que efetivamente se tinha passado.

- **Segurança e o caso que se passou no café Império, de Benavente**: ouviu a resposta do sr. Presidente e a preocupação com que o assunto foi abordado, considerando-a em linha com o pensamento do PS. Contudo, atendendo ao facto de já se terem passado diversos episódios semelhantes, assumiu, perante o proprietário do café e os seus colegas de Comissão, que a matéria irá



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

ser abordada em sede de Comissão, independentemente das diligências que vierem a ser tomadas pela Câmara Municipal.

Por fim, **respondeu à sra. Vereadora Catarina Pinheiro Vale**. Afirmou que ainda bem que a 3ª Comissão Específica estava representada por todos os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal, porque, desse modo, era possível testemunhar o que tinha sido dito na reunião da Comissão, onde a sra. Vereadora esteve presente. Comentou que a sra. Vereadora é que não percebia nada daquilo que tinha tentado explicar. Alegou que ao lhe serem pedidas explicações sobre o acordo que estava em estudo com a Associação Dignidade, a sra. Vereadora tinha respondido que o valor em causa era de 500,00 euros, tendo, no entanto, manifestado algum desconhecimento quando foi, novamente, questionada, se esse valor correspondia a cada agregado familiar ou não, respondendo que iria analisar melhor. No seu entender, isso só revelava que não se tinha preparado devidamente para a reunião.

Quanto ao **email**, confirmou que, efetivamente, tinha informado que a **Câmara Municipal não deveria assinar o protocolo com a Dignidade e que a Comissão Específica estava a trabalhar numa proposta de Regulamento Municipal sobre o apoio à aquisição de medicamentos**. Ao contrário da opinião transmitida pela sra. Vereadora, esse email, no seu entender, pressupunha uma resposta, argumentando que a Comissão desconhecia se, à data, a Câmara Municipal já tinha assinado ou não algum protocolo com essa Entidade, bastando que dissesse sim, ou não, e se iria esperar, ou não, pelo desenvolvimento do trabalho da Comissão.

A concluir, retorquiu que, em relação ao **deficiente atendimento telefónico prestado pelo centro de Saúde de Benavente**, tem conhecimento, igualmente, que ainda não se efetivou a transferência de competências da Administração Central para a Câmara Municipal, na área da saúde. No entanto, esse email da Comissão surge na sequência de uma promessa feita pela sra. Vereadora, nessa mesma reunião, de que iria tentar saber o que se estava a passar em relação à matéria, sendo seu dever informar a Comissão.

Tendo vários eleitos manifestado interesse em mais intervenções, **o sr. Presidente da Assembleia Municipal** transmitiu que os mesmos já tinham tido a oportunidade de intervir nos vários debates ocorridos, suscitando, até mais do que uma vez, as questões que pretendiam ver esclarecidas. Essas respostas foram dadas, concordando-se ou não com o seu teor, num quadro onde é normal existir a discordância de opiniões, não se devendo entrar em permanente diálogo uns com os outros, sob pena das discussões se prolongarem infinitamente. Nesse sentido, autorizou o uso da palavra aos dois eleitos que a tinham pedido pela primeira vez, Mário Pereira e Paulo Reis, a que se seguiriam os esclarecimentos por parte do sr. Presidente da Câmara, dando por terminada essa fase dos trabalhos.

O eleito **Mário Pereira** colocou duas questões ao Executivo:

Na primeira, perguntou se as Comissões Específicas da Assembleia Municipal tinham assim tanto poder para estarem a dar indicações ao Executivo sobre o que tinha ou não a fazer, depois de saber que a 3ª Comissão tinha enviado um email à Câmara Municipal, por via da Assembleia, informando-a que **não devia assinar um determinado protocolo**. Esperava que a sra. Vereadora respondesse que o Executivo não tinha assinado esse protocolo, por vontade própria e não por causa desse email.

Ficou surpreendido com o deslance da Comissão, ao tomar a iniciativa de enviar um email ao Executivo nesses termos, sem ter figura jurídica ou institucional e sem dispor de poderes executivos para tal, tão pouco deveria ter tido a iniciativa ou a autodeterminação de ir fazer um Regulamento sobre apoios a conceder ao nível dos medicamentos. Desafiou os eleitos a consultarem o que a lei diz sobre o assunto, que deveria ser cumprida.



(Handwritten signatures and initials)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Na segunda, sugeri ao sr. Presidente da Assembleia Municipal que deveria haver um maior controle nos tempos de intervenção dos eleitos, de forma a evitar que, por exemplo, o Período de Antes da Ordem do Dia exceda as duas horas, tal como aconteceu na última sessão ordinária, dando origem a que os trabalhos tivessem de continuar numa outra reunião. Recordou que tinha sido assumido que os grupos municipais intervissem mais do que uma vez, mas limitados ao tempo a que têm direito, regimentalmente, para a discussão dos pontos, o que deveria ser respeitado, quer ao nível dos partidos, quer nas respostas, por parte da Câmara Municipal.

Seguiu-se a intervenção do eleito **Paulo Reis**. Em linha com a intervenção do seu antecessor, Mário Pereira, venceu duas ideias:

- Que a Sra. Vereadora Catarina Pinheiro Vale já tinha ido à 3ª Comissão falar sobre o **protocolo com a Dignidade**, por duas vezes: na primeira reunião assumi que não conhecia ainda com muito rigor o teor desse protocolo, por subsistirem algumas dúvidas, que esperava ver esclarecidas; na segunda reunião, essas respostas vieram a ser dadas. Por essa razão, considera que não corresponde à verdade aquilo que o autarca Pedro Gameiro afirmou, tendo resolvido pedir desculpas à sra. Vereadora, por parte dos eleitos da CDU, por ter recebido um email naqueles termos, da Comissão, uma vez que não tem competências para o fazer, perante a Câmara Municipal;

- Que na sua última intervenção, onde se discutiu a questão da **segurança**, o eleito Pedro Gameiro revelou, mais uma vez, o seu sentido de oportunidade para chamar a si, como Coordenador da 3ª Comissão Específica, o caso exposto para vir a ser discutido em sede de Comissão, independentemente, das diligências que a Câmara Municipal vier a fazer sobre o assunto. Discorda dessa forma de estar e de procedimento, em face de uma situação preocupante, colocada por um munícipe, que está a passar por uma situação difícil. Na sua opinião. "as coisas" não deviam funcionar dessa forma.

Por último, usou da palavra, **a sra. Vereadora Catarina Vale**. Disse que aceitava as desculpas por parte dos eleitos da CDU, que integram a 3ª Comissão Específica.

Ainda a propósito das reuniões em que participou da 3ª Comissão, **respondeu ao eleito Pedro Gameiro**, que nunca tinha falado em 500 euros, nem lido o protocolo de forma enviesada. Sabia do que se estava a tratar, havendo uma dúvida que subsistia e que era preciso ser esclarecida, que tinha a ver com o número de elementos do agregado familiar, a quem se tinha de pagar o valor que seria **protocolado com a Associação Dignidade**. Aquilo que a Câmara Municipal considerava era que, por exemplo, num agregado de 4 pessoas, se apenas tivesse doença crónica e necessitasse de medicação, somente se devia pagar a essa pessoa. No entanto, a informação obtida era que se tinha de pagar a todos os elementos do agregado familiar, independentemente, de necessitarem ou não de medicação. Essas dúvidas vieram a ser esclarecidas, não tendo havido nenhuma leitura enviesada dos documentos. Na sua perspetiva, não se deve avançar com afirmações que não correspondem à realidade, manchando aquilo que deve ser uma política séria e coerente.

Em relação à promessa de que iria informar a Comissão sobre a questão do **atendimento telefónico do Centro de Saúde de Benavente**, estranha como é que depois de ter estado numa reunião da Comissão, em junho de 2022, só na sessão da Assembleia Municipal, a decorrer, venham questioná-la sobre o tema, ou seja, quase um ano depois, sem nunca ter sido abordada durante todo esse período. No seu entender, podia ter recorrido a outras formas alternativas de estabelecer comunicação, ou, insistindo, ou, contactando através do GAP-Gabinete de Apoio ao Presidente. Disse, por último, que não tinha a disponibilidade que seria desejável para responder a todos os emails que lhe chegam.



[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Concluído o PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, deu-se início ao PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO 1 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS – Exercício de 2022 – Apreciação e votação, nos termos da alínea I), do número dois do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, na sua redação vigente:

Na contextualização do Ponto, o **sr. Presidente da Câmara Municipal** indicou um crescimento significativo do valor do Orçamento municipal, como resultado não só das novas competências atribuídas à Câmara Municipal, educação e outras áreas, como, também, da capacidade que a autarquia teve de aumentar a receita de alguns impostos, voláteis, provenientes de um maior dinamismo verificado no setor de urbanismo, através das transações do IMT. Aspetos que, no seu conjunto, se fizeram refletir em termos orçamentais, empolando a receita e contribuindo para atingir um saldo de cerca de 8 milhões de euros.

Relativamente à **Receita**, explicou que houve uma aproximação de cerca de **70% da sua execução**. Houve obras, como a do Museu Municipal, que não foi possível executar, e que contribuíram para esse valor de taxa de execução. Como foi financiada por fundos comunitários, não houve lugar a receita, situando-se a **Despesa** em cerca de **77% da sua execução**, elevando-se mais na despesa corrente do que na de capital.

Referiu, igualmente, ter havido um conjunto significativo de investimentos que tiveram execução física, mas não financeira, permitindo que cerca de 5 milhões de euros de compromissos, tivessem passado de 2022 para 2023.

Em termos de resultado, situou-se em cerca de 1,5 milhão de euros, com uma dívida bancária de cerca de 2,5 milhões de euros.

Considera que a **Receita** teve um bom comportamento e a **Despesa**, embora alguma dela não tenha tido execução financeira, teve execução física, o que se traduz no referido saldo de cerca de 8 milhões de euros, onde se inclui o resultado do aumento das receitas com os impostos diretos, de acordo com o referido anteriormente.

Inscreveram-se para debater o tema, os eleitos **Armando Almeida, Paulo Cardoso, António José Rabaça e Ricardo Oliveira**.

O eleito **Armando Almeida** apresentou os cumprimentos habituais. Em linha com as intervenções proferidas por todos os eleitos do PSD, representados nos órgãos do Município e na Freguesia de Santo Estevão, centrou as suas declarações em dois pontos, que espelham a leitura do PSD em relação ao documento em discussão:

- 1º Ponto: Valor global, movimentado pela CM;
- 2º Ponto: Índice das despesas de capital de 2022 e anteriores.

Quanto ao 1º Ponto, referiu que a dimensão anual do orçamento e das execuções têm crescido significativamente. O valor do relatório e contas de 2022, em discussão, apresenta um valor de despesas executadas de **26.421.173,00 euros**, abaixo do que estava previsto, ou seja, executado em cerca de 75% do orçamento previsto, que rondava os **35 milhões de euros**.

Interpretou esses valores globais, da seguinte forma: para 2023, o orçamento já vai em cerca de **40 milhões de euros**, com a garantia de poder chegar aos 42, 43 ou, até, 45 milhões de euros, uma vez que existem rubricas que estão subavaliadas, que terão de ser corrigidas ao longo do ano, prevendo-se



[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

que possa atingir esse valor. Na sequência, avaliou que o Orçamento, no momento atual, (finais de abril), traduz uma taxa de execução de valor muito baixo.

Comparativamente a 2013, ou seja, a 10 anos, a execução orçamental foi de **15.601.00,00 euros**, que se manteve mais ou menos nos mesmos valores até 2016/2017. No ano de 2020, a taxa de execução foi de **20.000.000,00 euros**, o que, na sua perspetiva, indica que o orçamento municipal ou o dinheiro que o Executivo PCP/PS tem ao seu dispor, triplicou em sete anos.

Considera que as pessoas não têm a noção da quantidade de dinheiro que a Câmara está a movimentar, no momento, em pouco tempo. Trata-se de uma verba tão avultada, que nem a própria Câmara Municipal tem a noção da sua dimensão, ou seja, em tão pouco espaço de tempo, passou-se de 15 milhões em 2017, para 20 milhões em 2020, para 26 milhões em 2022, que nem sequer chegou aos 30 prometidos, e para 2023 já se está a falar em 45 milhões de euros. Ninguém parece ter a noção clara da quantidade de dinheiro que a autarquia está a movimentar, no momento. Os impostos subiram de 7,8 milhões de euros em 2013, para 13,2 milhões em 2023, o que equivale a 65% de aumento em 10 anos, sem se ter verificado subida de salários, nem subida da inflação, ou seja, vai entrando dinheiro derivado dos impostos e a Câmara Municipal revela não saber o que fazer com esse dinheiro.

Acha gritante que estejam em causa as mesmas obras que foram prometidas nas eleições, as mesmas que vão passando de um ano para o outro, atribuindo-se culpas às falências, aos Ministérios e até à Pandemia, citando uma afirmação recente da Sra. Vereadora Catarina, numa reunião de uma Comissão Específica. Acha, igualmente, caricato, falar-se há cerca de 3 anos, de uma mesma obra, o que, na sua opinião, não corresponde à verdade, porque, em termos de execução orçamental, o tal dinheiro a mais, que faz falta, está ficando "na gaveta". Na sequência, acusou o Executivo PCP/PS de continuar a gerir o dia a dia da autarquia, como se tratasse de um gabinete de contabilidade.

Pronunciou-se, ainda, em relação às **queixas dos moradores de Foros da Charneca**. Mencionou que esses moradores reclamam que o Executivo da Câmara Municipal não se desloca à localidade há cerca de 10 anos, existindo uma diferença clara entre os limites dos dois concelhos de Coruche e de Benavente, o desenvolvido e o subdesenvolvido. No seu entendimento, essas queixas não têm razão de ser, se a Câmara Municipal aplicasse o dinheiro que dispõe em orçamento, repetindo que só de 2022 para 2023, passaram 8 milhões de euros. O problema é que a autarquia, mesmo tendo recursos, não tem ideias, não tem pensamento estratégico, não tem vontade de querer fazer, continuando no seu caminho de passividade e de comodidade, nada mudando.

Quanto ao 2º Ponto, referenciou que o índice de aplicação dos recursos da Câmara Municipal, em obras, despesas de capital e em investimentos de infraestruturas, foi de **17,9%**, concluindo que se trata de um valor tão baixo naquilo que é a sua aplicação em termos de benfeitorias para o bem-estar da população, a exemplo do que se verificou em 2021, que foi de **17,3%**.

Acha que os números não mentem, podendo ser constatados no relatório, reafirmando que apenas se gere o dia a dia, não podendo constituir surpresa para ninguém terem passado cerca de 8.270 milhões de euros que sobraram de 2022, para 2023, antevendo que possam vir a passar mais de 10 milhões para 2024. Na mesma linha, já tinham passado 3.142 milhões de euros em 2020, 6.700 milhões em 2021 e 8.270 milhões em 2022, continuando as obras por fazer, não o sendo, certamente, por falta de dinheiro. Concluiu, transmitindo que, ou, Benavente aplica uma nova postura na forma de gerir o seu orçamento, parando para pensar sobre o dinheiro que tem disponível, ou, então, continua a ser um concelho pequeno, a gerir pequeno, a ter tudo muito pequeno.

Pelas razões expostas, considerando que as Contas de 2022 são piores que as de 2021, que foram chumbadas, anunciou que o Grupo Municipal do PSD não tinha outra alternativa senão chumbá-las novamente.



Handwritten signature and initials

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Seguiu-se o eleito **Paulo Cardoso**. Não dispondo de toda a documentação que serviu de base à elaboração das Contas da Câmara Municipal, salientou ter retirado do documento, as seguintes ilações:

Em primeiro lugar, acha que nem tudo é negativo, pelo facto de se ter conseguido concluir o orçamento em cerca de **76,86%**, ficando a faltar a execução de cerca de 8.117 milhões de euros, verba que não resulta apenas da não execução orçamental ou de investimentos previstos, mas dos motivos vários, que resumiu:

- Compromissos não pagos em 2022, devido a atrasos em faturas, não chegadas em tempo útil;
- Obra do Museu Municipal, pelas vicissitudes por que passou, embargo devido a falência, ficaram cerca de 1 milhão de euros;
- Uma verba que ficou por pagar à Companhia das Lezírias, de cerca de 250 mil euros, pela questão do atraso no Visto do Tribunal de Contas;
- Processo de penhora da empresa “Mondo” de cerca de 290 mil euros, cuja ação decorre no TAF de Leiria;
- Contencioso com a obra da Azinhaga do Contador.

Em segundo lugar, não deixou de lembrar que, em 2021, ano de eleições, se encontra no site do Município, as obras de requalificação dos celeiros de Benavente e de Samora Correia, sem que até ao momento nada tenha sido feito. Em 2022, ficou, igualmente, uma rubrica aberta para a obra de requalificação da sede do Rancho Saia Rodada, no valor de 400.000 euros, verba que veio a aumentar, em 2023, para 500.000 euros, justificada pela subida de preços de materiais e de mão-de-obra. A seu ver, esses 100 mil euros a mais vieram onerar ainda mais o Orçamento e o erário público, com o dinheiro dos contribuintes, certo que se a obra tivesse sido concretizada no ano anterior, esse dinheiro teria sido poupado.

O eleito **António José Rabaça**, da leitura que fez do documento, em conjunto com a perspetiva que tem da realidade do Município, perguntou em que situação se encontravam as seguintes intenções:

- A obra de ligação às ciclovias de Benavente e de Samora Correia;
- O estudo de mobilidade para o concelho;
- As bicicletas de uso partilhado;
- A lavagem regular de ruas;
- A requalificação de vias;
- O reordenamento do trânsito;
- A requalificação de passeios e calçadas, bastante deformadas nas nossas cidades;
- O cinema de Samora Correia;
- O Museu Municipal;
- As obras da sede do Rancho da Saia Rodada;
- A consolidação das zonas urbanas e industriais, para reduzir conflitos;
- A restrição ao trânsito aos veículos dos não residentes aos centros urbanos;
- Os hotéis prometidos;
- A georreferenciação dos pontos de interesse do município;
- A estratégia do turismo;
- O Posto de turismo, para acolher os visitantes, que chegam ao território;
- O transporte urbano dentro de Benavente, de Samora Correia e de outros lugares;
- As vias cicláveis e pedonais para reduzir e evitar o conflito entre o automóvel, o peão e o ciclista;
- As vias pedonais ou cicláveis nos novos projetos, como por exemplo na Azinhaga do Contador.

A concluir a ronda de intervenções, o eleito **Ricardo Oliveira** começou por sublinhar que os Documentos de Prestação de Contas são a radiografia das execuções orçamentais. O seu colega Armando Almeida tinha acabado de fazer um resumo daquilo que é a leitura do PSD desses documentos. Considera que os mesmos são reveladores de “*um falhanço enorme*” daquilo que é a execução do projeto da CDU, que não se cinge ao corrente ano, mas que se reporta aos 10 anos de exercício de funções, do atual Executivo, refletindo a incapacidade do Município de executar o seu orçamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Assinalou, no entanto, que o orçamento atual tem responsabilidades partilhadas com o PS, que contribuiu diretamente para a sua aprovação, construindo-o em conjunto, à semelhança do orçamento anterior de 2022. Realçou, igualmente, que o orçamento de 2023, que já suporta os tais 8 milhões de euros não executados no ano anterior e que transitam para este ano, teve os votos favoráveis do PCP, do PS e do aval do Partido CHEGA, que se absteve na sua votação.

Pelo caminho que tem sido seguido, antevê que o orçamento corrente não venha, também, a ser executado. Considera positivo que o eleito António José Rabaça tenha colocado aquelas questões que gostaria de ver executadas e que não o foram, por muitas delas terem constituído a "medalha de troca", que permitiu a viabilização do orçamento, por parte do PS. Enganou-se, contudo, no interlocutor, a quem deve fazer as perguntas, tendo em conta que quase todas elas dizem respeito aos pelouros do Vereador do PS, Joseph Azevedo.

Para o efeito e ao abrigo do Regimento, propôs que fosse o Vereador Joseph Azevedo a responder ao eleito do PS, em relação às questões colocadas, com as quais o PSD corrobora, por considerar ser ele o destinatário perfeito, como Vereador do PS, responsável pelos pelouros da mobilidade, dos espaços verdes, entre outros.

Seguiram-se os esclarecimentos por parte do sr. Presidente da Câmara:

Reconhecendo o seu valor significativo, procurou explicar o resultado do saldo de 8 milhões de euros, mostrando ser possível compreendê-lo melhor, através de uma leitura correta dos Documentos distribuídos.

Replicou que o valor dos orçamentos nunca poderá triplicar, conforme foi alvitrado, elucidando que tem de se analisar a receita corrente e a despesa corrente, porque ambos constituem aquilo que é gerado no âmbito de uma gestão como a da Câmara Municipal, advogando que as receitas de capital são aleatórias e surgem em função daquilo que são os fundos comunitários ou outras situações semelhantes, nunca se podendo passar dos 15 para os 45 milhões de euros, em termos de valores orçamentais. A regra da Contabilidade Pública estabelece que se não forem ultrapassados os 100% de execução da receita, não é possível inscrever no orçamento a receita excedentária. Ao nível do IUC, da Derrama, do IMT e das taxas, assistiu-se a um acréscimo de receita, no valor de **3.200.000 euros**, montante que não está inscrito no Orçamento, gerando um saldo desse valor.

Clarificou que todos os contratos têm de ser cabimentados em orçamento ao longo do ano, especificando:

- Transportes escolares: 102 mil euros cabimentados, com contrato, cuja faturação não entrou atempadamente;
- Refeições escolares: 70 mil euros cabimentados, com contrato, mas cuja faturação também não entrou atempadamente;
- Iluminação pública: contrato de 202 mil euros, não executado, pelo mesmo problema de faturação;
- Energia elétrica: 160 mil euros, com contrato, igualmente, sem faturas.

Resumindo, explicou que se tratam de investimentos contratados, obrigatoriamente comprometidos, cujos compromissos foram impedidos de ser movimentados devido à questão das faturas, não podendo, no entanto, ser retirados, passando, por isso, para o ano a seguir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Acrescentou que, na mesma situação, se encontram: 70 mil euros de gasóleo; 50 mil euros em seguros; 247 mil euros em salários, que têm a ver com os impostos que têm de ser retidos e que têm de ser pagos, mas, se não o forem, permanecem constituídos como saldo, passando para o ano seguinte;

Frisou que o somatório das verbas referidas perfaz o valor de cerca de 1 milhão de euros, que a acrescer aos 3.200 milhões derivados dos impostos, totaliza os 4.200 milhões de euros.

Em relação a investimentos já executados, detalhou:

- O terreno da Companhia das Lezírias é um compromisso cabimentado com 250 mil euros, mas devido à questão do atraso no "Visto" do Tribunal de Contas não puderam ser pagos, nem descabimentados;
- Os campos de futebol dos Camarinhais e da Murteira são um compromisso cabimentado com 300 mil euros, tendo sido executados fisicamente, com apresentação de fatura, mas como foi levantada penhora contra a empresa adjudicatária, não pode ser paga, nem descabimentada;
- A Azinhaga do Contador, é um compromisso cabimentado com 280 mil euros, mas problemas com a Revisão de Preços, impediram o seu pagamento, tendo de permanecer essa verba até à sua resolução, não podendo, igualmente, ser descabimentada;

O que perfaz mais cerca de 800 mil euros.

Enunciou, ainda, outros casos, que contribuíram para o avolumar do valor do saldo:

- O Museu Municipal de Benavente, compromisso cabimentado com 1.117 milhões de euros, com a situação de insolvência, tem o "Visto" do tribunal de Contas, mas não se pode, igualmente, descabimentar;
- O Posto Médico de Santo Estevão, lançado o concurso, mas só recentemente foi assinado o contrato com a Casa do Povo, sendo um compromisso cabimentado com 170 mil euros;
- Construção de um coletor na Rua Egas Moniz, em Samora Correia, cabimentado com 130 mil euros, com concurso lançado, mas arrancaram recentemente as obras, a verba não pode ser descabimentada, passando para o ano seguinte;
- Arranjos exteriores do loteamento da "Beliar", no valor de 360 mil euros, a autarquia tem a obrigação de os executar, existindo uma garantia bancária para o efeito, prevendo-se que a obra demore cerca de 2 anos;
- Parque temático de Benavente, com 338 mil euros, concurso adjudicado, na mesma situação, não foi terminado a tempo;
- Estrada dos Curralinhos, obra, também, cabimentada, era para ter sido concluída até dezembro, mas passou para o ano corrente, com 138 mil euros;
- A mesma situação com a obra do Cemitério de Benavente, que arrancou há pouco tempo, mas que já estava cabimentado.

O conjunto desses montantes totaliza **2.643 milhões de euros, a somar à totalidade das verbas referidas dá o resultado de 7.561 milhões de euros, a que falta adicionar ainda as obras das Praças de Benavente e de Samora Correia, no valor de 548 mil euros, perfazendo a soma total de 8 milhões de euros.**

Feitas as explicações de forma mais aprofundada, desafiou os eleitos a verificarem no próprio documento aquilo que são os compromissos, no valor de 5.500 milhões de euros, que transitaram para 2023, mais todas aquelas situações que acabou de enunciar e que totalizam o valor do saldo de 8 milhões de euros, que transitou para 2023, não podendo ter acontecido de outra maneira, pelas justificações apontadas. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

dinheiro a mais que aludem estar disponível, está previsto e compromissado para todos os investimentos referidos.

Dirigindo-se ao eleito **Paulo Cardoso**, esclareceu que a obra dos **Celeiros dos Arcos e dos Oliveiras** está englobada no PEDU, mas como o anterior PEDU não tinha verba suficiente para incluir o projeto e os procedimentos que são necessários para a sua concretização, a autarquia vai tentar incluí-los em novo PEDU, que se encontra a negociar.

Contrariamente àquilo que a oposição quer dar a entender, desmentiu que esses 8 milhões de saldo não tenham sido gastos porque a Câmara Municipal não quis, porque, conforme teve a oportunidade de esclarecer, fazem parte de compromissos contemplados em orçamento, que não podem ser descabimentados. Surpreende-o que cheguem a essa conclusão eleitos que, à partida, conhecem o funcionamento e a estrutura de um orçamento, sabendo, igualmente, que tem de se obedecer ao cumprimento rigoroso das regras da Contabilidade Pública, não permitindo interpretações como aquelas que tentaram transmitir ao plenário. É impossível ser analisado desse modo. Além do mais, venceu que os próprios eleitos têm à sua disposição a documentação de suporte, que lhes é distribuída e que lhes permite chegar a esse conhecimento.

Em breve nota, respondeu ao eleito **António José Rabaça**, afirmando que algumas das questões por si colocadas, estão a ser trabalhadas pelo sr. Vereador Joseph e que todas as situações elencadas estão previstas, indo seguramente ser executadas, num espaço que leva o seu tempo.

A propósito, reafirmou o respeito integral e a confiança que o sr. Vereador do PS merece por parte da Câmara Municipal, oferecendo-lhe todas as condições para que possa desenvolver o seu trabalho e desempenhar da melhor forma o papel que lhe cumpre. Contudo, estranha que, nas reuniões do aparelho concelhio do PS, o sr. Vereador não seja questionado sobre o estado de execução de determinadas obras da iniciativa do PS.

Reforçou mais uma vez que qualquer intenção que pense executar, a Câmara Municipal tem de assumir esse cabimento e esse compromisso, seguindo-se a sua execução. Não o sendo, como não pode ser descabimentada, a verba é constituída em saldo, passando para o ano seguinte. Nessa situação, incluem-se os casos já identificados, como o das empreitadas dos campos de futebol, que foram objeto de penhora, ou, o das faturas da iluminação pública que não chegaram a tempo. Numa perspetiva lógica de análise às Contas, é óbvio que não tem culpa desse tipo de condicionantes, que mais não são que percalços acidentais, que podem acontecer a qualquer gestor, sendo a única resposta possível aquela que foi dada pela autarquia, ao abrigo das regras da Contabilidade Pública.

Quanto ao ano corrente e à transição para o próximo ano, disse acreditar que não irão acontecer mais acréscimos. Confia na dinâmica económica que envolve o Município e nos resultados que poderão advir da sua afirmação, em termos de impostos voláteis, os quais para serem incluídos em Orçamento têm de ser construídos na média dos últimos 24 meses. No ano anterior estavam inscritos cerca de 3.600 milhões de euros, tendo sido executados perto de 6 milhões, o que dá uma diferença grande. No ano corrente, o orçamento já está executado em cerca de 6 milhões de euros, na certeza que essa receita já não vai ocorrer, porque a média aritmética já a considerou, obstando aquilo que foi alvitrado de se atingir o valor de 45 milhões de euros. Saliu, ainda, que a vontade do Executivo é a de procurar obter bons resultados ao nível da taxa de execução orçamental, estando empenhado em atingir essa meta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Dirigindo-se ao eleito **Paulo Cardoso**, recordou que o concurso inicial para a **requalificação da sede do Rancho Saia Rodada, de Benavente**, tinha ficado deserto, o que atrasou o procedimento. Um outro concurso foi lançado, aumentando-se a verba inicial de 400 para 500 mil euros, na expectativa daquilo que poderá vir a acontecer. Sustentou que tem de haver algum princípio e algum equilíbrio na forma como os dinheiros públicos são aplicados.

Relativamente à alusão feita pelo eleito **Armando Almeida** de que a sra. Vereadora tinha atribuído culpas ao COVID pelas repercussões que teve ao nível orçamental, o sr. Presidente da Câmara confirmou essa realidade, atenta a crise económica que gerou. As empresas mergulharam num mar de dificuldades, os custos dos materiais dispararam, provocando prejuízos em cadeia, como a falta de mão-de-obra, falhas na produção, que se vieram a refletir na incapacidade das empresas em dar resposta à procura do mercado. Esse cenário repercutiu-se no atraso de obras previstas, como foi o caso da empreitada da Rua Egas Moniz, em Samora Correia, que estava prevista terminar até dezembro, mas que acabou por "derrapar" 2 ou 3 meses. Vincou que a situação não teve origem na falta de vontade das empresas, mas, por escassez de mão-de-obra, materiais e outros, sendo esse o grande problema do País, que não tem capacidade de trabalho, nem empresas disponíveis para responder às necessidades da procura, sendo esse um problema transversal ao País.

Num último considerando, reafirmou, novamente, que não se pode ir atrás da narrativa de que o valor do orçamento triplicou, porque os tais 8 milhões de euros não constituem uma receita do orçamento, é um montante que vem consignado a despesas de anos anteriores, que depois de concretizadas deixarão de fazer parte do orçamento, fixando-se o mesmo nos cerca de 30 milhões de euros. Completou, exprimindo que, para uma análise correta daquilo que é o desempenho das Contas duma Câmara Municipal, há que atender à receita corrente e à despesa corrente, como forma de fazer a gestão e a radiografia ao orçamento.

Finalizados os esclarecimentos por parte do sr. Presidente da Câmara, **o sr. Presidente da Assembleia Municipal**, por serem vinte e três horas e trinta minutos, no pressuposto que a Ordem do Dia venha a ser concluída no período de mais uma hora, para além das 24 horas, solicitou autorização ao plenário de eleitos para o prolongamento dos trabalhos por mais uma hora, nos termos do n.º 2 do art.º 30.º do Regimento.

Foi consensualizado que os trabalhos da sessão iriam continuar até mais próximo das zero horas, altura, em que colocaria, novamente, essa possibilidade.

Antes da votação do **Ponto Número Um**, o eleito **Ricardo Oliveira** recordou a interpelação que tinha feito para que o Vereador do PS, Joseph Azevedo, pudesse responder às questões que lhe tinha colocado, de acordo com o n.º 3 do art.º 40.º do Regimento.

Na sequência, **o sr. Presidente da Assembleia Municipal** sugeriu colocar o assunto a decisão do plenário. O eleito **Ricardo Oliveira** antecipou-se e explicou que o eleito do PS tinha formulado um conjunto de questões que eram do foro exclusivo dos pelouros do sr. Vereador do PS. Como tal e a bem do debate democrático tinha incitado o sr. Vereador do PS a dar uma resposta sobre o que tinha a dizer sobre isso. Tem a expectativa que o sr. Presidente da Câmara irá autorizar, por achar que é de todo o interesse o sr. Vereador manifestar publicamente o seu ponto de vista, ou seja, *"o que é que o PS da Câmara Municipal diz ao PS da Assembleia Municipal!"*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

O sr. **Presidente da Assembleia Municipal** clarificou que o sr. Presidente da Câmara já tinha respondido às questões formuladas e não tendo havido unanimidade na decisão do plenário em ouvir o Vereador em causa, deu por resolvido o assunto.

O sr. **Presidente da Câmara Municipal** pediu autorização para intervir, que foi concedida. Expressou que o Presidente da Câmara representa e responde pelo Executivo, do qual o sr. Vereador Joseph faz parte. Elogiou o seu desempenho e a sua capacidade de se integrar numa equipa, que tem por objetivo lutar pelo bem do Município. Do ponto de vista político, assim como os elementos da CDU, que pertencem ao Executivo, dialogam em conjunto com as suas estruturas partidárias, o sr. Vereador do PS, certamente, também, o poderá fazer com os seus colegas eleitos do PS, no quadro de uma estratégia partidária, assente num acordo verbal entre os dois Partidos.

Interveio, a seguir, o eleito **António José Rabaça**. Comentou, de forma irónica, que tinha valido a pena ter colocado as suas questões ao sr. Presidente da Câmara, nem que fosse só para o ter ouvido, tendo respondido bem ao PSD, assim como em relação ao sr. Vereador Joseph.

Acentuou, no entanto, que faltava responder a questões que nada tinham a ver com os pelouros do sr. Vereador Joseph, mas, sim, com decisões tomadas pela Câmara Municipal, remetendo os eleitos para a leitura atenta do orçamento, para visualizarem as verbas que lá estão inscritas, para esse efeito. Sublinhou que os exemplos apontados, além de preocupações suas, também, o são dos munícipes. Repetiu, novamente, que as mesmas nada têm a ver com os pelouros da responsabilidade do sr. Vereador Joseph, nem com o seu desempenho, tendo listado algumas delas: - a falta de qualidade do projeto da Azinhaga do Contador; - qual a verba prevista para o transporte urbano; - a requalificação de passeios; - o reordenamento do trânsito; - a conclusão do Museu Municipal; - as obras da sede do Rancho Saia Rodada; - os conflitos entre as zonas industriais e urbanas (PDM).

Rematou, mencionando que de todas as questões apontadas, somente, duas delas se cingiam aos pelouros ligados ao sr. Vereador Joseph: a do estudo da mobilidade e a da ligação das ciclovias.

Finda a discussão, procedeu-se à votação do **Ponto número Um - APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS – Exercício de 2022**, que foram **aprovadas, por maioria**, com nove votos a favor da CDU, oito votos contra, sendo sete do PSD e um do CHEGA, e sete abstenções, sendo cinco do PS, uma do CHEGA e uma da CIMB.

PONTO 2 – INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONSTITUTIVOS DO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2022 – Apreciação, nos termos da alínea l), do número dois do artigo vigésimo quinto do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, na sua redação vigente:

Na introdução da matéria relativa ao ponto, o sr. **Presidente da Câmara** afirmou que se trata de um documento técnico, que integra o registo dos bens do Município.

Nenhum dos eleitos se quis pronunciar sobre o seu conteúdo, pelo que **a Assembleia Municipal tomou conhecimento do mesmo**.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento:



[Handwritten signatures and initials in the top right corner.]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

O **sr. Presidente da Câmara** explicou que o documento resulta de uma imposição legal, de dar conhecimento de todos os compromissos plurianuais, assumidos entre cada sessão ordinária do órgão deliberativo.

Não houve pronunciamento por parte dos eleitos, pelo que a **Assembleia Municipal tomou conhecimento do mesmo.**

PONTO 4 – ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita do sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação vigente:

Dada a palavra ao **sr. Presidente da Câmara** para apresentar o Ponto, disponibilizou-se para os esclarecimentos que os srs. eleitos pretendessem suscitar.

Aberto o debate, inscreveram-se os seguintes eleitos: **Paulo Cardoso, Cristina Branco e Pedro Gameiro.**

Em consonância com o anteriormente tratado, o **sr. Presidente da Assembleia Municipal**, tendo em conta que faltavam dez minutos para as zero horas, perguntou ao plenário se autorizava o prolongamento dos trabalhos da sessão por mais uma hora, tendo sido autorizado a fazê-lo, por unanimidade.

Foi dada a palavra ao eleito **Paulo Cardoso**. Leu no relatório em discussão, que o Município dispunha de 159 habitações de caráter social. Na sequência, questionou se existiam habitações sociais vagas, alegando que, até ao dia 11 de abril tinham sido rececionados 18 pedidos de habitações, oriundos de pessoas com manifesta necessidade de habitação social. Dessas 18 famílias, perguntou quantas se iria conseguir albergar ou colmatar. Disse ainda que o Município participava para a habitação social com cerca de **97.700 euros**, para o ano de 2023, ou seja, mais cerca de **3.200 euros** do que no ano passado.

Perguntou, também, quantos inquilinos se encontram na situação de incumprimento e qual o valor correspondente. Isto porque lhe chegou a conhecimento a existência de problemas para se conseguir colmatar essa falha, querendo saber se, nesse ponto, o Regulamento Municipal estava a ser cumprido.

Por último, sabendo que existem 34 famílias que residem em contentores e estando essas famílias incluídas nas candidaturas ao programa de habitação ELH, designado de 1º direito/IHRU, quis saber para quando se prevê o seu alojamento.

Seguiu-se a intervenção da eleita **Cristina Branco**. Estando a terminar o ano letivo escolar, com a preocupação acrescida daquilo que todos conhecem que é a *“monstruosidade”* da **falta de vagas que existem nas creches**, perguntou, dada a falta de referências no relatório, se já tinham sido iniciadas as obras da antiga escola designada de “Miúdos e Companhia”, em Samora Correia, e se a mesma irá abrir, efetivamente, no próximo ano letivo.

O eleito **Pedro Gameiro** colocou três questões: - em que ponto se encontram as **obras de alargamento do cemitério de Benavente, se há projeto ou não**, argumentando que os eleitos do PS na Assembleia de Freguesia de Benavente, sendo uma competência da Junta de Freguesia, desconhecem se existe ou não projeto para a obra; - **existência de alguma confusão ao nível de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Benavente**. Amiudou que, atualmente, a Câmara Municipal emite



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

as licenças de ruído, enquanto a Junta de Freguesia emite as licenças de atividade ruidosa, questionando o que impede de se uniformizar o procedimento; - para quando está prevista a **revisão dos acordos de execução e dos contratos interadministrativos de revisão de competências com as Juntas de Freguesia**, tendo em conta que os acordos são anuais e que devido aos efeitos inflacionários, as Juntas de Freguesia estão a pagar serviços, acima daquilo que recebem da Câmara Municipal.

Em resposta, o **sr. Presidente da Câmara** prestou os seguintes esclarecimentos:

Ao eleito **Paulo Cardoso**: em relação ao número de **habitações vagas**, transmitiu que não existem em número significativo, existindo, no momento, a ELH-Estratégia Local de Habitação. Os concursos para os projetos estão a decorrer, tendo a expectativa que se possa avançar com as empreitadas para algumas dessas habitações, embora se esteja a priorizar as empreitadas de maior volume. Sobre as **34 habitações, abarracadas**, explicou que a **ELH aponta para a construção de habitações unifamiliares**, de forma a serem evitados guetos. Por serem as mais exigentes, são as que virão a seguir. Quanto às **rendas em incumprimento**, informou que, de momento, não dispunha desses dados, tendo-se comprometido que lhos faria chegar.

À questão evidenciada pela eleita **Cristina Branco**, reconhece a existência de **falta de vagas nas creches**. A Câmara Municipal está a tentar mitigar o seu impacto, procurando soluções alternativas, como foi a da aquisição do referido edifício. Ao que tudo indica, conta ter a escritura feita e as instalações adaptadas no princípio do ano letivo, de forma a poderem ser oferecidas as vagas resultantes, num processo que irá decorrer em conjunto com a Fundação Padre Tobias. Admite não ser uma solução que venha a resolver tudo, todavia, não esconde que se trata de um bom compromisso de ajuda, promovido pelo Município.

Quanto às matérias abordadas pelo eleito **Pedro Gameiro**, informou:

- **Cemitério de Benavente**: já arrancaram as obras de alargamento;

- **Licenças de Ruído**: há competências, dentro da mesma área, que são atribuídas a diversas entidades. As Juntas de Freguesia têm, efetivamente, aquelas que dizem respeito às atividades ruidosas, enquanto cabe à Câmara Municipal emitir as licenças de ruído, o que se traduz numa situação incompreensível para os munícipes. Existe uma **proposta da Câmara Municipal para que as suas competências, nessa matéria, possam vir a ser delegadas nas Juntas de Freguesia**, procurando, desse modo, imprimir alguma justiça ao procedimento;

- **Revisão dos acordos com as Juntas de Freguesia**: trata-se de uma matéria identificada e que irá ser trabalhada proximamente. Antecipou que, numa reunião já agendada para o efeito, irão ser definidos os timings para se avançar com a intenção.

Esgotada a discussão do Ponto, o **sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu por concluído o PERÍODO DA ORDEM DO DIA, anunciando a leitura da MINUTA DA ATA, pela Primeira Secretária da Mesa, Maria Gertrudes de Oliveira Borracha Pardão. Cumprimentou todos os presentes e os que seguiam a emissão pelas redes sociais. Lida a Minuta da Ata, não tendo havido contraditório, passou-se de imediato à sua votação, **tendo sido aprovada por unanimidade, constituindo o anexo número um à presente ata, da qual faz parte integrante.**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Nada mais havendo a tratar, **o senhor Presidente da Assembleia Municipal** despediu-se de todos os presentes, agradecendo a sua participação. Deu por encerrada a sessão pelas zero horas e quinze minutos, da qual para constar e para os demais efeitos se lavrou a presente ata, que foi apreciada e votada na sessão ordinária realizada no dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e três, tendo sido aprovada, por unanimidade. A mesma foi rubricada e assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, coordenadora técnica designada para lavrar as atas, que a elaborei e subscrevi.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

- Mário Rui Filipe Santos -

A Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal,

- Maria Gertrudes Oliveira Borracha Pardão -

O Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal,

- José Duarte Salgueiro -

A Coordenadora Técnica,

- Maria Clara C. Parracho S. Lourenço -